



DESEMPREGO E SUBDESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS NA VISÃO KALECKIANA DO CAPITALISMO

Resumo

A obra de Kalecki, embora baseada no tratamento das questões macroeconômicas, sempre se pautou pela descrição da sociedade capitalista como dividida em classes e interesses distintos. O protagonismo do gasto capitalista como definidor do nível de emprego e renda não implica, porém, a conclusão de que o nível dos lucros obtidos, em escala agregada, seja sempre o máximo possível: considerações de ordem política levam a recessão e o desemprego a desempenhar um relevante papel (político) na manutenção da ordem (econômica). Esse tipo de problema seria observado de modo mais complexo no contexto das economias subdesenvolvidas, nas quais o desemprego é mais que simplesmente o resultado de um nível insuficiente de demanda efetiva. O enfrentamento dos grandes dilemas estruturais do capitalismo – o desemprego e o subdesenvolvimento – demandaria a presença de instituições de perfil radicalmente inovador, voltadas aos interesses da classe trabalhadora.

Palavras chave: Marx; desemprego; subdesenvolvimento; classes sociais

Classificação JEL: B22; E24; O11.

Abstract

Kalecki's work, despite being on macroeconomic issues, has always pictured capitalist society as divided in opposed social classes and

**MARCELO SOARES DE
CARVALHO**

Professor de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp

interests. The central role of capitalist expenses in defining income and employment levels does not mean, however, that aggregate profits are always maximized: political considerations bring recession and unemployment to perform a relevant (political) role in maintaining (economic) order. This issue is seen in a much more complex feature within the context of underdeveloped economies, where unemployment is more than just deficient effective demand. Facing the great structural dilemmas of capitalism – unemployment and underdevelopment – would require institutions with radically innovating profiles, favoring the interests of the working class.

Keywords: unemployment; underdevelopment; social classes.

1. Introdução

A obra de Kalecki, embora baseada no tratamento das questões macroeconômicas, sempre se pautou pela descrição da sociedade capitalista como dividida em classes e interesses distintos. O protagonismo do gasto capitalista como definidor do nível de emprego e renda não implica, porém, a conclusão de que o nível dos lucros obtidos, em escala agregada, seja sempre o máximo possível: considerações de ordem política levam a recessão e o desemprego

a desempenhar um relevante papel (político) na manutenção da ordem (econômica).

Esse tipo de problema seria observado de modo mais complexo no contexto das economias subdesenvolvidas, nas quais o desemprego é mais que simplesmente o resultado de um nível insuficiente de demanda efetiva. A crônica escassez de capital e a grande heterogeneidade social – além da fragilidade externa – repõem a questão política em outros termos, cujo equacionamento revela-se menos provável, ainda que possível.

O enfrentamento dos grandes dilemas estruturais do capitalismo – o desemprego e o subdesenvolvimento – demanda a presença de instituições de perfil radicalmente inovador, voltadas aos interesses da classe trabalhadora. Aqui é apresentada uma proposta que aponta nessa direção, bem como seus elementos constitutivos principais.

Para adequadamente expor os elementos da argumentação indicada, o texto a seguir foi organizado em três itens, além desta breve introdução, da conclusão e das referências bibliográficas. No primeiro deles, são apresentados os elementos de base da visão kaleckiana a respeito das economias capitalistas, com destaque para os distintos interesses políticos aí presentes. Um segundo item trata das especificidades

das economias subdesenvolvidas, bem como dos instrumentos passíveis de uso para buscar a superação do subdesenvolvimento. Um terceiro bloco de texto presta-se à finalidade de apresentar uma proposta de geração e manutenção do pleno emprego, como estratégia de superação das estruturas do subdesenvolvimento econômico.

I. Capitalismo e desemprego: aspectos teóricos, nexos políticos

Muito embora a obra do britânico John M. Keynes seja comumente apresentada como o marco inicial da discussão teórica de âmbito especificamente macroeconômico, Michal Kalecki tê-lo-ia antecipado quanto a algumas de suas conclusões mais significativas. De fato, ainda antes da publicação de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (KEYNES, 1936), Kalecki apresentaria seus primeiros trabalhos teóricos (KALECKI, 1933a e 1935a), onde o investimento é mostrado macroeconomicamente como determinante do nível de renda e, por conseguinte, da poupança – nesta ordem lógica, inédita até então. Talvez de modo exagerado, Joan Robinson (1978, p. 83) propõe que Marx teria sido o único autor lido por Kalecki no domínio das Ciências Econômicas – em contraposição a Keynes, que, ao ler Marx, teria sido incapaz de compreendê-lo. No entanto, há suficientes evidências de leituras (bastante críticas, é verdade)

de autores ortodoxos em escritos de Kalecki bem anteriores a seus mais conhecidos artigos¹.

Com efeito, o autor polonês (KALECKI, 1933a) já sinalizava o princípio da demanda efetiva ao propor a somatória dos gastos de capitalistas e trabalhadores como determinantes do nível agregado de renda. Aqui, porém, o embasamento marxista² já deixa notar sua importância: não apenas os gastos seriam qualitativamente distintos quanto às classes sociais que lhes dão origem, como também seria distinto seu papel quanto à centralidade para a determinação da renda agregada. O gasto capitalista em investimentos seria o principal determinante, autônomo, dos demais gastos – em consumo, tanto de capitalistas, quanto de trabalhadores (em um retrato simplificado de economia fechada e sem governo). Ali deveria ser procurada, portanto, a causa fundamental dos movimentos cíclicos das economias capitalistas.

¹ Tome-se como exemplo a referência aos “novos apologistas do capitalismo” (KALECKI, 1931, p. 37), a crítica explícita à postura “clássica” das reduções de salários como terapia para as crises (KALECKI, 1932a), as referências explícitas a Keynes, mesmo antes da publicação da *Teoria Geral* (KALECKI, 1932b), além de outras referências a economistas ocidentais (KALECKI, 1932c, pp. 38-39).

² Cabe aqui anotar que mesmo Keynes (1979, p. 81) eventualmente soube reconhecer na visão de Marx um elemento considerado crucial para o entendimento de uma economia capitalista: o objetivo perene de acumulação ampliada de riqueza na sua forma mais abstrata e líquida, a moeda.

Mais que a simples explicação dos motivos pelos quais haveria previsíveis mudanças no montante de riqueza produzida a cada período de tempo, Kalecki preocupou-se em demonstrar que, ao contrário do que era preconizado pela visão ortodoxa de então (e, talvez, também da atualidade), o mercado de trabalho ocuparia um papel claramente passivo na dinâmica econômica, uma vez que o nível de emprego (e renda) seria mero resultante das decisões de gasto dos capitalistas. Tanto a participação dos salários na renda quanto o seu montante absoluto seriam determinados fora do mercado de trabalho, ou seja, a reboque das despesas com a expansão da capacidade produtiva por parte dos possuidores da riqueza. Dentro de seu conhecido esquema de três departamentos (KALECKI, 1954a, pp. 65-67), de confessa inspiração marxista, os lucros capitalistas (bem como o nível total de renda) seriam determinados pelas decisões de gastos dos mesmos (em bens de capital, no Departamento I, e em consumo, no Departamento II), sendo consumo dos trabalhadores (Departamento III) determinado como resíduo³.

A abordagem kaleckiana quanto ao investimento é intrinsecamente cíclica, isto é, concebe-o como instável⁴ ao longo do tempo, ao menos em se tratando do investimento **privado**; este seria portador de características indissociáveis que operariam no sentido da inviabilidade de sua manutenção em patamar uniforme por

períodos subsequentes. Embora Kalecki tenha reelaborado repetidamente, ao longo de sua vida, o modelo explicativo das inversões produtivas, é bastante seguro afirmar que certos elementos teóricos sempre fizeram parte de sua forma de retratar a decisão capitalista de investir: o papel das variações dos lucros, o volume de inversões de período anterior, a relação entre investimento (fluxo) e capacidade instalada (estoque de capital), restrições relativas a aspectos financeiros (nas firmas e no mercado de capitais) e tendências de longo prazo (sobretudo no tocante à tecnologia).

3 A hipótese subjacente da não existência de poupança por parte dos trabalhadores adentra o esquema kaleckiano da mesma forma que as demais hipóteses simplificadoras (como no caso da economia fechada e sem governo), ou seja, apenas como recurso expositivo para esclarecer um determinado aspecto considerado relevante (neste caso, o protagonismo do gasto capitalista); tais simplificações são, em outros pontos da mesma obra citada (KALECKI, 1954a), abandonadas. Três considerações, no entanto, mereceriam destaque: em primeiro lugar, os citados departamentos operariam de modo autônomo entre si, fornecendo aos demais apenas a sua produção de bens finais (bens de capital, no caso do Departamento I, bens de consumo para capitalistas, no caso do Departamento II e, por fim, bens de consumo para trabalhadores, no caso do Departamento III). Segundo, os gastos em consumo dos capitalistas seriam apenas parcialmente autônomos, uma vez que dependentes do nível de renda auferida pelos capitalistas; torna-se, portanto, evidente o papel efetivamente autônomo (com respeito à renda corrente) apenas dos gastos em investimento. Finalmente, cabe lembrar que a participação relativa dos salários na renda agregada dependeria do montante total da mesma, do grau de monopólio e do poder de barganha dos sindicados – sendo este último, ao menos em certa medida, condicionado pelo nível total de renda.

4 Embora o esquema teórico de Kalecki (1954a, especialmente) resulte em um modelo que retrate os investimentos em um comportamento cíclico, é fácil perceber que se trata, como de outras vezes, da aceitação de certas hipóteses simplificadoras – nesse caso, quanto à decisão de investir; afinal, há uma série de fatores relevantes (como o princípio do risco crescente e as limitações impostas pelo mercado de capitais) cuja modificação levaria a flutuações não tão “bem comportadas” dos fluxos de investimento.

Com efeito, a própria noção de equilíbrio (tão cara à ortodoxia teórica) seria pouco afeita à visão de Kalecki, pois os investimentos – centrais à determinação da dinâmica econômica – seriam portadores de uma contradição de base: ao mesmo tempo em que constituem gastos e, portanto, demanda efetiva, são também ampliação da capacidade de produção, que exige maiores níveis de demanda para seguir sendo, pelo menos, tão lucrativa quanto o era o estoque de capital existente até o momento anterior. Assim sendo, mesmo que superadas as demais limitações quanto à decisão de investir, as novas inversões estariam permanentemente sujeitas a este caráter **dual** do investimento, ou seja, aumento da demanda (favorável ao movimento de expansão) concomitante ao aumento do estoque de capital produtivo (operando desfavoravelmente quanto à expansão das inversões). Seria ainda preciso ter em conta, no entanto, que as unidades produtivas frequentemente lançam mão do crédito para viabilizar seus novos investimentos; o volume crescente de endividamento relativo ao estoque de capital (ou seja, o **risco crescente**) seria, a partir de certo limiar, entendido como limitante de novas aquisições de capacidade produtiva. Nesse sentido, o próprio mercado de capitais poderia operar como fonte adicional de restrições, ao se mostrar eventualmente limitado quanto à capacidade de absorver dívida nova / emissão de novas ações por parte das firmas. Assim sendo, o nível agregado

de renda e de emprego seria permanentemente instável, sendo previsíveis agudas circunstâncias de baixa (recessão / depressão), as quais tenderiam a se fazer tão duradouras quanto o fosse a reposição das condições de retomada dos fluxos de (novos) investimentos⁵. Dados os elementos expostos, o movimento de expansão dos gastos (seguindo o aumento das inversões) tampouco seria passível de manutenção intertemporal. Torna-se incontornável a conclusão de que o nível de emprego e renda deverá ser tão instável quanto a dinâmica dos investimentos, situando-se, na maior parte do tempo, abaixo do nível de utilização plena dos recursos disponíveis – o pleno emprego.

Apesar de aparentemente intratável, o problema da geração do pleno emprego seria, na visão de Kalecki, bastante trivial – ao menos do ponto de vista de seu equacionamento técnico/teórico. Abrindo mão da hipótese simplificada da economia sem governo, o autor demonstra (KALECKI, 1944) que haveria três instrumentos básicos para a obtenção do pleno emprego:

⁵ No limite, a progressiva depreciação do estoque de capital haveria de apresentar a necessidade de reposição mínima da capacidade produtiva instalada. Seria, porém, de se esperar que essa circunstância dificilmente apresentaria-se em curto (ou mesmo médio) prazo, especialmente se se considera que, em um ambiente macroeconômico de recessão, o grau de utilização do capital tende a ser baixo (bem como a depreciação física decorrente).

[...] three ways to achieve and maintain full employment:

1. By government spending on public investment (e.g. schools, hospitals, highways) or on subsidies to mass consumption (family allowances, reduction of indirect taxation, subsidies to keep down the prices of necessities) – provided this spending is financed by borrowing. We shall call this method deficit spending.
2. By stimulating private investment (through a reduction in the rate of interest, lowering of income tax or other measures assisting private investment).
3. By redistribution of income from higher- to lower-income classes.

[...] the second method, i.e. stimulating private investment, is not satisfactory, but [...] both the first method and the third method provide adequate means to maintain full employment.

(KALECKI, 1944, p. 357)

Ao defender que o gasto público amparado em dívida e a redistribuição progressiva da renda seriam instrumentos efetivos para a geração do pleno emprego, mas não o estímulo aos investimentos privados, Kalecki está apenas a propor que tais estímulos não lograriam alterar a natureza basal do investimento capitalista, em si portadora dos determinantes de sua inconstância – tal como já assinalado; ainda que estimuladas em um dado momento, as inversões produtivas iriam enfrentar, em momento posterior, as mesmas razões pelas quais demandaram estímulos anteriormente.

O autor polonês, porém, salienta o fato de que, embora haja dois instrumentos efetivamente capazes de levar a cabo a tarefa de gerar o pleno emprego, apenas o recurso aos déficits públicos tende a ser frequentemente empregado. Esse fato relaciona-se, antes de tudo, a aspectos puramente técnicos; o primeiro deles diz respeito à emissão de dívida pública. De certa forma, todo gasto público referente a déficits orçamentários seria, ao mesmo tempo, gerador de renda e de dívida pública: como parte da renda adicional gerada é poupada, os títulos de dívida poderiam ser absorvidos pela poupança adicional observada no período. De outra parte, o estoque de dívida não poderia ser visto como um “peso social” – ao menos, não para o conjunto da sociedade –, uma vez que corresponderia a direitos adquiridos sobre parte das receitas tributárias no futuro, sendo tais direitos remunerados com juros. Seria, além disso, razoável supor que a classe detentora da riqueza seria exatamente aquela com maiores disponibilidades para poupança e, portanto, para receber a remuneração pela posse de títulos de dívida pública. Acompanhada de uma política monetária acomodatória, não haveria razão para supor que os gastos públicos adicionais fossem causa de aumentos nas taxas de juros (que poderiam inibir os investimentos produtivos privados) ou da taxa de inflação, desde que o estímulo do gasto público se fizesse limitado às disponibilidades correntes de capital e trabalho.

Para além das questões essencialmente técnico-teóricas, Kalecki apresenta outra gama de argumentos pelos quais os instrumentos colocados em ação em prol do pleno emprego tenderiam a ser limitados em diversidade e em extensão. Mesmo que favorecendo os detentores da riqueza com a emissão de dívida pública, os gastos do governo ladeados por déficits públicos teriam seu foco reduzido, ao menos por conta do veto capitalista aos possíveis investimentos públicos em áreas passíveis de ser, em algum momento, objeto de interesse da iniciativa privada. Por outro lado, os subsídios ao consumo popular (também referentes à emissão de dívida pública) também haveriam de enfrentar oposição capitalista, ainda que em outros termos:

Indeed, subsidising mass consumption is much more violently opposed by these “experts” than public investment. For here a “moral” principle of the highest importance is at stake. The fundamentals of capitalist ethics require that “You shall earn your bread in sweat” – unless you happen to have private means. (KALECKI, 1943, p. 326)

Os “especialistas” aos quais se refere Kalecki na passagem acima transcrita seriam aqueles a argumentar em prol das “finanças públicas sadias”, ou seja, contra o uso de déficits orçamentários; cabe notar que estes mesmos argumentos far-se-iam notar, de acordo com o autor, em muito menor monta no caso das despesas públicas voltadas a obras em setores que não seriam de interesse privado – especialmente nas

conjunturas econômicas de profunda recessão (e queda nos lucros). E, paradoxalmente, a adoção do terceiro dos caminhos para o pleno emprego – em princípio, sem incorrer em qualquer déficit público – sofreria também a forte oposição dos capitalistas, já que implicaria a redistribuição de riqueza em favor dos trabalhadores (por exemplo, através de impostos mais progressivos e transferências de renda). Tratar-se-ia, portanto, de uma “doutrina econômica” carente de fundamentação e seletivamente aplicada: “The social function of the doctrine of ‘sound finance’ is to make the level of employment dependent on the ‘state of confidence’” (KALECKI, 1943, p. 325).

O efetivo poder de veto / retaliação política dos capitalistas dar-se-ia justamente por conta de sua capacidade de, através de suas despesas, definir o nível corrente de renda e emprego – e, como decorrência deste, também o nível de arrecadação tributária percebido pelo governo. Assim, ao associar a doutrina das “finanças públicas sadias” à sua capacidade de determinação do nível de renda, a classe proprietária da riqueza lograria restringir a ação governamental. Caberia, no entanto, observar que a ação do governo no sentido da manutenção do pleno emprego corresponderia à majoração dos lucros, no agregado – o que, em princípio, poderia ser apresentado como um argumento contra a oposição capitalista às políticas macroeconômicas voltadas ao sistemático rebaixamento do desemprego. Entretanto, este não seria o caso:

[...] the maintenance of full employment would cause social and political changes which would give a new impetus to the opposition of the business leaders. Indeed, under a regime of permanent full employment, “the sack” would cease to play its role as a disciplinary measure. The social position of the boss would be undermined and the self assurance and class consciousness of the working class would grow. [...] It is true that profits would be higher under a regime of full employment than they are on the average under *laissez-faire* [...]. But “discipline in the factories” and “political stability” are more appreciated by the business leaders than profits. Their class instinct tells them that lasting full employment is unsound from their point of view and that unemployment is an integral part of the “normal” capitalist system. (KALECKI, 1943, p. 326)

Dessa forma, o desemprego teria uma função de controle político-social das massas trabalhadoras, a despeito dos interesses pecuniários mais imediatos dos capitalistas. A “disciplina nas fábricas” e no conjunto da sociedade somente poderia se manter em face da ameaça perene da perda de postos de trabalho; nesse contexto, mais importante que a luta imediata entre salários e lucros (mediada pela capacidade de reajuste de preços, no caso mais geral dos oligopólios), seria a estabilidade política do próprio sistema. Portanto, ainda que a objeção à ação do governo para a **geração** (eventual) do pleno emprego possa ser superada (mesmo que em termos transitórios), haveria grande oposição à sua **manutenção** indefinida. Mesmo no

caso da viabilidade de despesas públicas com investimentos (em setores não almejados pela iniciativa privada), esta oposição ainda se faria sentir (KALECKI, 1943, p. 329). Não por acaso, as experiências mais longevas de pleno emprego sob o capitalismo seriam justamente aquelas verificadas sob os regimes totalitários, onde os gastos militares ocupam o lugar dos investimentos públicos “civis” e do consumo subsidiado e a coerção física assume o lugar daquela puramente econômica. Em outras configurações de regime político, porém, a classe capitalista prefere argumentar em favor de instrumentos que estimulem os investimentos privados (mesmo estando claros os efeitos limitados desta estratégia, pelos motivos anteriormente discutidos), ou, alternativamente, em prol do uso dos demais instrumentos de gasto público apenas quando da fase de baixa cíclica – desde que eles sejam posteriormente reduzidos ou eliminados tão logo se inicie a fase de recuperação; mesmo assim, haveria ainda uma certa preferência pelos investimentos públicos em relação ao consumo subsidiado (via transferências, como no caso de um seguro-desemprego), pelo motivo já mencionado. É por conta desta pletera de interesses de classe que Kalecki teria afirmado que o pleno emprego no capitalismo somente seria viável quando da fase de maior expansão dos investimentos privados, i.e., na alta do ciclo.

A peculiar forma (limitada) de ação estabilizadora por parte do Estado, desde sempre

submetido a pressões da classe capitalista, conduziria à progressiva estabilização do ciclo apenas no que tange à sua baixa; na recuperação, prevaleceriam os argumentos da “finança sadia” e o repúdio aos mesmos déficits orçamentários que teriam viabilizado a retomada do crescimento. Eis o chamado **ciclo político**, uma construção econômica “artificial” pela qual as depressões seriam abreviadas e o pleno emprego restrito ao efêmero *boom* de investimentos – privados, naturalmente (KALECKI, 1943, p. 330). Pode-se concluir, portanto, que o desemprego não constitui um problema cuja solução técnica / teórica seja de difícil encaminhamento; trata-se, essencialmente, de enfrentar obstáculos de natureza política.

2. Das especificidades do subdesenvolvimento e de seu (difícil) enfrentamento

A descrição das economias capitalistas, tal como indicado no item anterior, ganharia contornos mais agudos no contexto das **economias subdesenvolvidas**⁶, as quais merecem tratamento diferenciado no pensamento de Kalecki e, portanto, no tipo de prescrição que se refere ao objetivo do pleno emprego.

Kalecki (1966, p. 136) afirma que o problema de falta de demanda efetiva em nível adequado pode se apresentar tanto em economias desenvolvidas quanto subdesenvolvidas, mas é apenas nestas últimas que a questão-chave reside na falta de capacidade produtiva

adequada para absorver a dotação de mão de obra, o que resultaria em um padrão de vida médio extremamente baixo. Daí a necessidade de um processo de promoção acelerada dos investimentos; somente a adequada dotação de capital poderia cuidar de tornar factível a busca pelo pleno emprego, posto que, dada a escassez de capital, mesmo a sua plena utilização seria insuficiente para empregar a mão-de-obra disponível. A ampliação do volume de investimentos diria respeito, sobretudo, à indústria, setor cuja introdução e / ou adensamento encontram sérias limitações nos países subdesenvolvidos; em face da escassez de capacidade produtiva, o desemprego seria inevitável (KALECKI, 1944, p. 362). Com efeito, seria de se esperar que, no contexto do subdesenvolvimento, o fenômeno do desemprego se manifestasse em configurações distintas daquelas geralmente observadas em economias desenvolvidas:

⁶ Cabe anotar que Kalecki as descreve como espaços econômicos cuja autonomia política não se fez acompanhar de autonomia do ponto de vista econômico, permanecendo velhas estruturas sociais internas e laços de dependência econômica externa (KALECKI, 1967a, pp. 32-33 e 37).

It is [...] realistic to assume that in an agricultural country there is some unemployment, manifest or disguised⁷, and thus the supply of new saving is by no means fixed: it is equal to the investment undertaken (whose upper limit is that at which full employment is reached). If some new industry is protected, opportunity for investment increases, and the supply of capital rises pro tanto. (KALECKI, 1938b, p. 711)

A observação acima sugere que os países não industrializados deveriam encontrar formas de expandir (ou edificar) suas estruturas produtivas com foco no aumento da capacidade de produção industrial. Porém, tal processo ver-se-ia, desde logo, limitado por fatores objetivos: (i) o investimento privado pode (e frequentemente vai) se mostrar insuficiente; (ii) a disponibilidade de recursos pode ser insuficiente para promover os investimentos nas quantidades adequadas; (iii) a limitada disponibilidade de suprimentos para atender a maior demanda por bens-salário resultante do crescimento do volume de investimentos. Porém, tais fatores objetivos são tecnicamente contornáveis, dado que: (i) o investimento público pode desempenhar um papel complementar ou combinado ao investimento privado; (ii) os recursos para maiores investimentos poderiam ser obtidos com importações facilitadas pela redução das compras externas de bens não-essenciais, o que se poderia conseguir com impostos mais progressivos (nos moldes antes apontados: KALECKI, 1944, pp.

373-376) que, além do aspecto relativo às compras externas, poderiam liberar recursos produtivos internos para aumentar a produção de bens-salário, (iii) de tal modo que se preservasse o poder de compra real da renda dos trabalhadores. Os próprios investimentos realizados dentro do país permitiriam a geração de demanda efetiva suficiente para torná-los lucrativos e, portanto, economicamente viáveis; daí a importância de defender a participação do poder de compra dos salários na renda nacional, uma vez que os lucros tendem, em maior medida, a ser poupados (LÓPEZ GALLARDO *et alii*, 2009, p. 198). No contexto do subdesenvolvimento permanece válida a ideia do gasto “autofinanciado” em escala macroeconômica, viabilizado pelo crédito (aqui entendido como criação contábil de poder de compra), que tem sua contrapartida

⁷ Para Kalecki, o desemprego seria um conceito suficientemente claro apenas no contexto dos países desenvolvidos, já que as formas de inserção precárias no mercado de trabalho são abundantes nos países subdesenvolvidos, o que opera no sentido de ocultar o volume de desemprego total (para além daquele “aberto”, dir-se-ia atualmente), resultante da inadequada dotação de capital. Somente nos países desenvolvidos o desemprego pode se apresentar fundamentalmente como problema cíclico de demanda efetiva (KALECKI, 1951b).

na própria geração de demanda efetiva, vale dizer, gastos que acabam por gerar renda adicional que constituirá novos depósitos nos bancos comerciais – tal como antes sugerido com respeito à emissão de dívida pública. O raciocínio aplica-se, antes de tudo, ao investimento privado (que, portanto, não carece de poupança prévia para seu financiamento), mas também é válido para o investimento público.

As inversões públicas aqui ganham relevância particular, especialmente por conta da escassez absoluta de capital; nesse sentido, elas seriam importante complemento aos investimentos produtivos levados a cabo pela iniciativa privada. Embora o investimento público possa se apoiar na emissão de dívida do governo, seria conveniente que, ao menos em parte, pudesse se apoiar em impostos progressivos que ajudem a conter a inflação ao desestimular o consumo de bens de luxo. Na verdade, o processo de incorporação de novos setores produtivos tende a apresentar problemas de desajustes intertemporais quanto à capacidade de oferta de recursos, cuja demanda estará se alterando a cada nova atividade internalizada; nesse contexto, pressões inflacionárias são previsíveis (SAWYER, 1985, p. 217).

As pressões inflacionárias relativas à concentração intertemporal dos esforços de aumento dos investimentos poderiam ser contornadas com o planejamento de longo prazo destas medidas,

tendo como base a ação condutora essencial do Estado; no entanto, aqui se colocam como obstáculos decisivos (novamente) os aspectos políticos, uma vez que o grau de intervenção necessária por parte do governo seria maior e mais profundo que no tocante à gestão da demanda efetiva em economias desenvolvidas: no contexto do subdesenvolvimento, trata-se de cuidar de controlar não apenas o volume agregado de investimento, mas também – e desde o início do processo – a direção setorial (estrutural) dos investimentos (KALECKI, 1966, pp. 138-139). Isso significa um elevado grau de **planificação** econômica e a definição de prioridades que podem ser bem pouco agradáveis às elites do país – como no caso dos impostos mais progressivos e da redução do consumo de bens não essenciais.

O mesmo tipo de dificuldade aplica-se à busca de maior oferta de bens essenciais (bens-salário), uma vez que a produção agrícola aqui é crucial. Garantir a oferta adequada de bens-salário atende ao objetivo de conter a inflação e manter o poder de compra real dos salários, os quais tenderiam a, nessas condições, manter sua participação na renda nacional recém-aumentada pelos novos investimentos; esse objetivo não é incoerente com os aspectos dinâmicos do investimento pelo fato de não deprimir os lucros: ao contrário, ao aumentar o poder de compra agregado dos trabalhadores, é aumentada também a demanda efetiva, que mantém em

nível adequado o uso da capacidade produtiva – e dos lucros, portanto (KALECKI, 1954b, p. 148; LÓPEZ GALLARDO *et alii*, 2009, pp. 197-199). A eclosão de um processo inflacionário que se converta em uma “espiral inflacionária de preços e salários” jogaria contra a desejada expansão dos investimentos privados, particularmente por não garantir a referida participação dos salários na renda e do gasto dos trabalhadores – excluídas as demais fontes de demanda efetiva, é claro (déficits públicos, saldos comerciais externos positivos)⁸. Ademais, a inflação tenderia a se apresentar antes mesmo que a indústria atingisse seu grau de utilização plena; na verdade, este tipo de inflação impediria que se chegasse a uma situação mais próxima desse ponto, mais favorável aos lucros⁹. Logo, para que um mercado de consumo puxado pelos salários possa se edificar concretamente, o aumento dos volumes produzidos de alimentos deve ser garantido e dar-se de tal modo que seja impedida a apropriação dos estímulos do crescimento por maior grau de monopólio de grandes proprietários, dos comerciantes que controlam a distribuição dos produtos agrícolas e pelos ganhos dos prestamistas que oferecem crédito à atividade agrícola¹⁰; favorecer os pequenos proprietários, porém, significaria provocar mudanças estruturais no campo. Se já difícil em termos políticos, a reforma agrária poderia não ser suficiente para superar o problema da rigidez de oferta de alimentos com origem

no campo: mesmo se quebradas as resistentes relações sociais arcaicas e a estrutura concentrada da propriedade fundiária, restariam os problemas do domínio estabelecido por grandes comerciantes e financistas do setor, além das fraudes ao próprio processo de redistribuição das propriedades. Novamente, os motivos políticos mostram-se como obstáculo mais relevante que aqueles de natureza técnica.

As eventuais restrições ao pleno emprego do ponto de vista das contas externas ganham, no contexto do subdesenvolvimento – até por conta da citada necessidade de abastecer o país com os materiais importados que vão possibilitar a expansão dos investimentos –, grande destaque: o esforço adicional por incorporar mais capacidade produtiva tem aspectos setoriais que podem implicar demanda por produtos que só

8 Embora isso não esteja explícito no texto de Kalecki o tempo todo, seu modo de conduzir a exposição da proposta indica que o autor busca com esta atingir um tipo específico de desenvolvimento econômico, onde é privilegiada a participação dos salários na renda e, portanto, na própria fruição do processo de desenvolvimento. As demais fontes de demanda efetiva tornam claro que esta não é a única possibilidade de seguir adiante com o processo de desenvolvimento econômico; porém, as estruturas a serem edificadas deveriam ser modificadas para atender a outros perfis de demanda, em consonância com o estilo de desenvolvimento adotado e suas respectivas prioridades.

9 Os aumentos de produtividade corresponderiam a outra forma de enfrentar o potencial problema inflacionário; no entanto, agravar-se-iam os problemas relativos à capacidade de absorção de mão-de-obra, já limitada pelo estoque de capital disponível (KALECKI, 1954b, pp. 150-151).

10 Especialmente porque, em economias subdesenvolvidas, os níveis mais elevados de desemprego urbano e de concentração da propriedade rural tendem a gerar uma perversa distribuição de renda (LÓPEZ GALLARDO *et alii*, 2009, p. 204).

podem ser obtidos no exterior, fato que se soma à maior pressão sobre as contas externas já esperada como simples resultado do crescimento econômico (como no caso dos países desenvolvidos). Assim sendo, as vias de acesso a poder de compra denominado em moeda de curso internacional devem fazer parte do processo de enfrentamento das limitações colocadas pela escassez de capital nos países subdesenvolvidos, ou, por outra, devem fazer parte das estratégias de **desenvolvimento econômico**; não por outro motivo, são discutidos os termos em que convém fazer uso de empréstimos externos ou investimentos externos diretos (KALECKI, 1954b, pp. 151-159) e até mesmo de ajuda externa (KALECKI & SACHS, 1966, p. 146); estas opções de base deveriam ser analisadas do ponto de vista de seus custos prospectivos. Dessa forma, seria preciso ter em mente o fato de que os empréstimos externos obtidos via mercado devem implicar encargos de dívida futuros, constituindo um potencial peso sobre as contas externas; da mesma forma, os investimentos diretos podem gerar importantes saídas de moeda estrangeira a título de remessas de lucros (explícitas ou não, dadas as perenes possibilidades de fraudes ao fisco local via *transfer pricing* no comércio com a empresa-sede), além do fato de que, da mesma forma que o investimento privado local, o investimento estrangeiro pode se direcionar a setores não convenientes à expansão equilibrada da capacidade de produção

industrial do país. As doações ou empréstimos oficiais em termos financeiramente mais favoráveis que aqueles de mercado são, em princípio, ideais; porém, costumam se apresentar em volumes insuficientes ou sujeitos a condições político-econômicas que podem limitar a melhor condução (autônoma) do processo de desenvolvimento industrial. Além de ressaltar uma vez mais a importância do investimento público e do controle sobre o investimento privado, Kalecki sugere ser fundamental cuidar para que o poder de compra adicional em moeda estrangeira seja, de fato, encaminhado para os fins de combate à escassez de bens-salário e de aumento da capacidade produtiva industrial; usos alternativos seriam contraproducentes (inflacionários) e teriam por consequência agravar a concentração de renda (como no caso clássico do uso dos recursos para aumento da oferta de bens de luxo, tanto na forma de importações quanto no aspecto setorial do investimento externo).

No tocante ao enfrentamento efetivo da questão externa, como já mencionado, podem se mostrar necessários certos expedientes (KALECKI & SACHS, 1966, pp. 148-149 e 154-158), como a regulação estatal dos investimentos externos (quanto ao aspecto setorial, às remessas de lucros, ao compromisso de reinvestimentos futuros e à sua capacidade de geração adicional

de divisas¹¹), bem como políticas de substituição de importações e de promoção de exportações que logrem produzir uma melhora dos termos de intercâmbio¹². A rigor, a situação considerada ideal por Kalecki seria aquela referente à melhora na capacidade de importar obtida por meio de recursos internos e sem a perda da independência da política nacional de controle do processo de desenvolvimento, donde os estímulos a exportações adicionais e à substituição de importações (KALECKI, 1954b, p. 158; 1951a, pp. 115-124).

Também fariam parte do leque de opções de políticas acordos de comércio internacional de âmbito bi / plurilateral com cláusulas de estabilidade de longo prazo para quantidades e preços de exportação de gêneros já correntemente produzidos – o que garantiria um nível estável de poder de compra em moeda estrangeira; de outra parte, seriam igualmente convenientes acordos internacionais que tenham por meta a edificação de novos setores industriais¹³ – a complementaridade bilateral seria a mais provável nestes casos, que poderiam também envolver os chamados **créditos autoliquidáveis** (operações comerciais bilaterais baseadas no uso apenas contábil de moeda estrangeira) e ganhos de escala relativos à integração de mercados nacionais. Novamente, trata-se de propor projetos de longo prazo, com elevado grau de planificação econômica, onde a restrição externa só pode ser pensada no contexto de um

programa de desenvolvimento nacional (KALECKI & SACHS, 1966, pp. 175-176).

Fica claro que tais projetos de prazo dilatado e planificação econômica profunda só podem se concretizar com base em configurações políticas bastante peculiares, particularmente em face dos inevitáveis conflitos de interesses que tendem a se apresentar no desenrolar do processo de desenvolvimento, conforme acima sugerido por Kalecki, como no caso das restrições ao consumo de elite, da reforma agrária e da regulação dos investimentos do setor privado, tanto local quanto estrangeiro. Por esse motivo, o autor identifica os **projetos políticos** de transformação das estruturas econômicas com os estratos sociais da classe média baixa e do campesinato mais próspero, tanto por conta de seus interesses materiais (que envolvem a

11 Seria possível, no entanto, que retaliações a estas medidas se apresentassem. Essa possibilidade, porém, era entendida por Kalecki como menos relevante que os benefícios obtidos por essa via, vista como crucial para controlar os fluxos de saída de capitais (SAWYER, 1985, pp. 219-220).

12 Eis porque uma simples desvalorização cambial não é vista pelo autor como a superação da restrição externa, já que uma (apenas possível) melhora nas exportações seria acompanhada por uma redução na capacidade de obter compras externas (KALECKI, 1933b, pp. 168-169; 1951a, p. 131).

13 Com destaque para indústrias parcial ou totalmente voltadas para a exportação (SAWYER, 1985, p. 229).

melhora da distribuição de renda e das condições de inserção no mercado de trabalho), quanto pela sua razoável capacidade de articulação (KALECKI, 1967a, pp. 32-33). Ocorre que o controle dos destinos da nação por parte destes segmentos sociais tende a ser improvável ou efêmero, em vista das condições estritas de sua manutenção / viabilidade continuada: obter maior independência em relação ao capital externo, efetivar a reforma agrária e manter crescimento econômico contínuo; somente em face destas condições seria possível cooptar outros estratos sociais para um projeto de capitalismo de Estado em bases nacionais. Mesmo assim, seria de se esperar a oposição perene do capital privado externo e dos latifundiários e financistas locais (não raro, de modo associado), os quais tendem a limitar as ações coerentes com a maior autonomia frente ao exterior, tal como acima descritas – a começar pelo improvável sucesso da redistribuição da propriedade fundiária, aparentemente tão (ou mais) difícil quanto a redução do consumo de bens de luxo ou a tributação dos estoques de riqueza. Logo, haveria obstáculos políticos – ao menos tão formidáveis quanto aqueles relativos à manutenção do pleno emprego, em economias desenvolvidas – aos projetos de superação do subdesenvolvimento, na visão de Kalecki (1967a, p. 37).

3. Do ceticismo às propostas: pistas para superação dos obstáculos

Kalecki (1943; 1944) demonstra claro ceticismo quanto à linha de atuação dos Estados nacionais no sentido de eliminar o problema do desemprego dentro da ordem capitalista; com efeito, o “ciclo político” seria dificilmente contornável, a não ser diante da presença de um novo (e radicalmente inovador) arcabouço institucional, capaz de garantir maior participação – e efetivo poder de decisão – aos trabalhadores, sob pena de se provar o capitalismo incapaz de prover vida digna à maioria dos povos. Um “capitalismo de pleno emprego” (KALECKI, 1943, p. 331) deveria, portanto, mostrar-se substancialmente distinto daquele típico do *laissez-faire*, ou mesmo das intervenções públicas pontuais (para resgate circunstancial do nível agregado de demanda efetiva).

Assim sendo, mesmo em face da ocorrência de certos aspectos de reforma, o sistema não teria deixado de manter em sua base a cisão entre capitalistas (proprietários de riqueza) e trabalhadores (proprietários apenas de sua força-de-trabalho), bem como (pelo menos) algum antagonismo de interesses:

While Kalecki seemed to concede that capitalism has achieved a permanently higher level of stability owing to the extension of the economic role of the state, nevertheless he felt that this merely changed the nature of the social contradic-

tions that 1970s capitalism was grappling with. The essence of the system, taken as a whole, had remained unchanged (KRIESLER & MCFARLANE, 1993, p. 226).

Nos países subdesenvolvidos, estas mesmas realidade e natureza (limitada) da ação estatal também se aplicam – porém, de modo mais complexo, devido à maior heterogeneidade de segmentos sociais relevantes quanto à condução da política econômica (grandes proprietários de terra, capital privado estrangeiro, alta e baixa classes médias, burocracia estatal, camponeses mais abastados, pequenos proprietários, sem-terra, desempregados, ambulantes e subempregados urbanos) e das tarefas a serem encampadas pelo Estado (com respeito ao desenvolvimento econômico, para além da gestão do nível de demanda efetiva). Alianças políticas de certos segmentos subalternos podem edificar um perfil de Estado que opere em favor do desenvolvimento econômico com bases nacionais e com orientação de elevação do padrão de vida das massas; dadas as maiores carências de ação por parte do Estado e as condições mais restringidas de sucesso, as reformas essenciais são aqui mais limitadas e raramente conseguem levar a cabo sequer uma efetiva redistribuição da propriedade fundiária. A estabilidade do sistema capitalista aqui se revela bem menor, portanto; considerando os argumentos anteriores do autor, poder-se-ia supor ser esta uma das

causas para as tão frequentes soluções totalitárias encontradas por segmentos sociais dominantes em tais países.

Kalecki tem em mente o fato de que diferentes fontes de demanda efetiva privilegiadas ao longo de um processo de desenvolvimento econômico nacional devem ser equivalentes a estruturas produtivas (e sociais) que aí se desenham, o que seria o equivalente a configurar diferentes estilos de desenvolvimento de acordo com a ênfase concedida aos diferentes departamentos de produção (I, II e III); daí suas sugestões de tributar mais pesadamente o consumo de bens não-essenciais (ou seja, o consumo capitalista, correspondente ao Departamento II) e favorecer o mercado de consumo de massa (Departamento III) como fonte de demanda efetiva interna (KALECKI, 1954b). Esse aspecto seria particularmente válido quanto à condução dos investimentos privados nacionais (eventualmente guiados pela concessão de licenças oficiais e / ou pelo crédito dirigido) e às limitações ao investimento direto estrangeiro (que teria tendência a se concentrar em poucos setores, além de pressionar as contas externas ao repatriar lucros). Essa perspectiva sugere que Kalecki certamente apoiaria uma estratégia de geração do pleno emprego prioritariamente voltada para o aspecto da redução da escassez de capital, no que diz respeito ao subdesenvolvimento. Conforme visto, tal processo não poderia prescindir

da participação crucial (e setorialmente direcionada) dos investimentos públicos, estes largamente objetados por parte dos interesses capitalistas.

Tais interesses, já presentes no bojo de economias maduras, far-se-iam notar de modo ainda mais pronunciado no contexto do subdesenvolvimento, devido à maior heterogeneidade social aí presente – com destaque para o papel “contraproducente” do capital estrangeiro (em princípio, interessado na manutenção do *status quo*) e de seus vínculos econômicos com o espaço nacional, sobretudo com o segmento dos grandes proprietários, estes evidentemente engajados em negócios de exportação “tradicionais” (KALECKI, 1967a). Não por acaso, Kalecki sugere o “enquadramento” desses segmentos sociais quando da consecução de um projeto de desenvolvimento econômico em bases nacionais, sendo o crescimento da oferta de postos de trabalho e a reforma agrária elementos fundamentais para cooptar o apoio da classe média urbana e dos pequenos produtores agrícolas ao processo de industrialização capitaneado pelo Estado. Logo, não há possibilidade prática de um governo pró-pleno emprego e/ou pró-desenvolvimento politicamente neutro: um governo com tal orientação seria, antes, o reflexo de uma particular correlação de forças políticas, com elevada participação proletária, agindo de forma a atingir objetivos econômicos necessariamente mais vinculados a certos segmentos

sociais que a outros. O aparato politicamente formal que viabilizaria a manutenção do pleno emprego envolveria, portanto, a formatação de instituições políticas capazes de oferecer estabilidade quanto à gestão dos interesses socialmente antagônicos e garantias mínimas de distribuição funcional da renda em favor dos trabalhadores. O processo de superação do subdesenvolvimento far-se-ia, portanto, em meio ao deslocamento constante em direção ao pleno emprego da mão-de-obra disponível, ao passo em que for sendo reduzida a escassez de capital; para que não fosse concentrador de renda (e de propriedade), o estilo de desenvolvimento a ser adotado deveria operar no sentido de privilegiar as inversões para o fornecimento de bens-salário (condicionando, portanto, a formatação da estrutura de oferta), ao mesmo tempo em que se busca autonomia no flanco externo – para que o projeto de desenvolvimento não seja abortado pela escassez de recursos em moeda de curso internacional (KALECKI, 1946). Esse duplo movimento de expansão das inversões produtivas seria também indispensável para evitar previsíveis pressões inflacionárias, tanto por conta da incorporação progressiva de indivíduos ao mercado de trabalho, quanto pelo aumento da demanda de importados (não passíveis de substituição, ao menos no curto prazo).

López Gallardo e Cardim de Carvalho (2008, p. 406) indicam que este movimento haveria de dar-se em três frentes de expansão das

investimentos: (i) investimentos em setores considerados “protegidos” da competição internacional (dos serviços de proteção social desmercantilizados aos conhecidos *non-tradables*), onde deveria ser empregada tecnologia intensiva em mão-de-obra¹⁴, o que resultaria na maximização dos postos de trabalho por unidade de investimento; (ii) investimentos em setores com potencial para substituição de importações e promoção de exportações, com foco na busca por “nichos” (mercados menos sujeitos à concorrência) no mercado mundial; (iii) investimentos na geração (nacional) autônoma de progresso técnico, com foco em **alguns** setores selecionados (dada a escassez de capital e pessoal qualificado / especializado), conforme identificadas maiores competências dentre os setores econômicos eventualmente já – limitada ou parcialmente – instalados no país. Tal tipo de abordagem, ao contemplar diferentes frentes para o avanço dos investimentos (incluindo aquelas que poderiam melhorar os padrões de vida de amplos segmentos sociais), permitiria aumentar a capacidade produtiva instalada sem sacrificar demasiadamente o consumo no contexto do pleno emprego.

O enfrentamento da restrição externa, no entanto, não deveria dar-se somente no âmbito comercial externo; embora Kalecki tenha se detido mais sobre este último aspecto, não se pode dizer que desconsiderasse o eventual peso representado pelo lado financeiro das contas

externas (vide observações anteriores sobre remessas de lucros, *transfer pricing* e o perigoso caráter condicionado dos créditos oficiais). É claro, o contexto dentro do qual o autor escrevia (entre o pós-guerra e o início da década de 1970) era marcado pela presença generalizada de controles de capitais; uma abordagem atualizada de suas considerações dificilmente poderia deixar de contemplar a adoção de alguma forma de controle desses fluxos:

The constraints created by financial liberalization are even tougher in the case of developing economies. [...] Many of these economies had a past record of high inflation, fiscal disequilibria, balance of payments disequilibria, and so on. A legacy of macroeconomic disequilibria inevitably makes governments even weaker when facing global financial markets. Open capital accounts allow local financial investors to join international investors to judge and veto policies that may be construed as hostile to them. (CARDIM DE CARVALHO & LÓPEZ GALLARDO, 2007, pp. 18-19)

Dessa forma, a regulação do sistema financeiro seria importante para evitar o poder de veto dos capitais financeiros às medidas internas de busca do pleno emprego – poder que tende a se mostrar ainda mais relevante no contexto do subdesenvolvimento (e de suas moedas nacionais não conversíveis).

14 Logo, a ênfase em investimentos públicos em serviços de proteção social atenderia ao objetivo de maximizar a absorção de mão-de-obra, sem comprometer os investimentos no setor industrial que, por suposto, devem manter elevada produtividade para buscar maior competitividade internacional.

O obstáculo representado pelo uso do desemprego como instrumento coercitivo de manutenção da ordem capitalista também seria passível de equacionamento; tratar-se-ia de construir alternativas à própria coerção, eventualmente substituída por instrumentos de estímulo:

I would not wish to argue that unemployment is necessary to ensure work effort; indeed, unemployment heightens fear and brings demoralization which serve to undermine work effort. In so far as unemployment does enforce work it is likely to be more successful in routinized jobs where effort can be readily monitored. It will be much less useful for jobs which require the use of discretion and initiative. Full employment would obviously mean that unemployment and the threat of it would no longer be available to enforce work intensity and productivity, and hence alternative mechanisms would be required. (SAWYER, 1994, p. 14)

Evidentemente, este seria um contexto de maior poder de barganha dos trabalhadores, donde sua maior participação na fruição das riquezas geradas por seu trabalho. A aposta implícita no argumento de Sawyer seria a de que maior estabilidade social seria obtida pelo afrouxamento do conflito classista, pela via da redistribuição de renda – nesse caso, não intermediada apenas pelos impostos e transferências públicas. Como se poderia supor, a coalizão política a dar respaldo a esse tipo de programa econômico seria, tal como antes assinalado, extremamente delicada – especialmente em meio

à grande heterogeneidade de segmentos sociais dentro do subdesenvolvimento. Se a manutenção do pleno emprego viabilizaria maior poder relativo aos trabalhadores, o cerne da questão deslocar-se-ia para o modo de obter (e manter) o adequado aparato institucional a fim de garantir que um programa com as linhas aqui sugeridas (de geração e manutenção do pleno emprego, malgrado o contexto do subdesenvolvimento) seja efetivamente seguido em longo prazo. Nos termos de Ramsay e Lloyd:

While the underlying strategy must be collective action to achieve institutions that operate as countervailing forces to the (unequal) “labour market”, the de-marketisation of “labour” (as a social democratic objective) can only be achieved under the condition of full employment. [...] While social protection has reduced labour commodification, a more robust decommodification can only come about at the point of full employment. Only then is there the possibility of “de-marketising” the “labour market” because of the change in the balance of power towards organised labour and away from capital. As such, organised labour must pursue wider objectives than the wage/profit struggle. Central to this strategy is ensuring that part of labour’s forgone wages drives the socialised investment function that is aimed at creating full employment. (RAMSAY & LLOYD, 2010, pp. 65-66)

Na atualidade, existiria uma dupla tendência quanto à gestão dessas imensas massas de recursos constituídas pelos fundos de pensão:

(i) a de direcionar cada vez maiores porções dos recursos para aplicações mais arriscadas (e mais rentáveis) e, ao mesmo tempo, (ii) aquela de internacionalizar crescentemente estas aplicações, na busca de novas e maiores oportunidades de lucratividade (*ibidem*, pp. 70-72). Ambas as tendências seriam contraproducentes, tanto em relação aos resultados financeiros da gestão dos fundos (já que há maior exposição ao risco, o que se traduz em perdas patrimoniais significativas quando das conjunturas de crise financeira – tal como recentemente), quanto à geração de condições financeiras mais favoráveis para o adensamento dos negócios produtivos no espaço econômico nacional (uma vez que os recursos não ficam circunscritos a aplicações locais). Depreende-se que instrumentos de regulação financeira são aqui novamente demandados, desta vez para convenientemente direcionar tais massas de recursos em prol dos investimentos que mais importam aos trabalhadores, vale dizer, em favor dos setores mais efetivamente capazes de absorver mão-de-obra, de gerar benefícios aos que sobrevivem de seu trabalho (como a estrutura de oferta de serviços de proteção social, além dos setores produtores de bens-salário) e de conceder maior autonomia à economia nacional (e ao próprio programa macroeconômico de pleno emprego).

Os fundos, sob a proposta orientação regulatória, mesmo com menor número de alternativas disponíveis para aplicação de seus recursos,

tenderiam a não exibir perdas patrimoniais como resultado desta regulação mais intensa por conta da obtenção de um macroambiente de maior estabilidade e lucratividade – além do fato de que o pleno emprego tenderia a aumentar a base contributiva que alimenta aqueles mesmos fundos.

O uso dos recursos provenientes dos fundos de pensão (obtidos, ao menos parcialmente, via arrecadação compulsória) daria ao Estado o “financiamento” de curto prazo necessário à execução dos seus próprios investimentos – em complemento àqueles da iniciativa privada –, sendo posteriormente possível emitir dívida pública de prazo mais dilatado para oferecer, aos mesmos fundos, um rendimento positivo – sem violar as preferências de portfólio dos demais agentes privados:

[...] if, on an annual basis, superannuation fund managers were required to make 5% of their total resources available to the National Development Fund (NDF) for investment in new capacity (a Compulsory Appropriation Provision or CAP), the government could plan investment to meet effective demand equal to full employment and also reimburse superannuation funds by issuing annualised government bonds. (*ibidem*, pp. 78-79)

Adicionalmente, benefícios fiscais poderiam ser concedidos aos fundos de pensão em troca de maior (e voluntário) comprometimento de recursos com o fundo de desenvolvimento, ampliando a disponibilidade de recursos, os

quais seriam, portanto, destinados tanto a investimentos públicos (executados diretamente pelo Estado), quanto a investimentos privados (desde que dirigidos / alinhados com a gestão agregada aqui proposta). Os encargos adicionais sobre o orçamento público seriam de pequena monta em termos líquidos, posto que a arrecadação projetada para o nível de atividade de pleno emprego (perene) seria francamente superior à correntemente disponível, mesmo em face de situações episódicas de expansão econômica.

Para além dessas considerações, o uso dos fundos de pensão dos trabalhadores em seu próprio proveito – enquanto classe¹⁵ – significaria ainda a constituição de uma massa de **recursos não orçamentários** passíveis de mobilização em prol da geração / manutenção do pleno emprego; vale dizer, seria o equacionamento definitivo do entrave colocado pelo “ciclo político” das intervenções (limitadas / pontuais) do Estado. Tratar-se-ia, portanto, de solapar mais uma frente de atuação do veto capitalista a este tipo de programa econômico.

Conclusão

Os obstáculos que separam as economias capitalistas da manutenção do pleno emprego são, conforme se argumentou, essencialmente políticos, ainda que se apresentem dentro do cenário econômico. Ligados aos interesses de classe, esses obstáculos seriam, em princípio, estruturais. No entanto, a evidência histórica mostra

que o sistema capitalista tem exibido grande capacidade de conceber instrumentos que operam para sua própria manutenção, malgrado suas conhecidas contradições internas – com destaque (nos moldes da discussão aqui apresentada) para o caráter dual do investimento, intrinsecamente instável, e para os interesses dos capitalistas enquanto classe no tocante ao dilema da escolha entre maiores lucros (com maior nível de emprego e renda) ou maior estabilidade sócio-política (com maior desemprego).

Os Estados nacionais lograram, no último século, erigir uma estrutura orçamentária capaz de garantir a superação das situações de colapso da demanda efetiva, ainda que esta mesma estrutura tenha se mostrado pouco capaz de garantir a manutenção do pleno emprego – ao menos, fora das experiências totalitárias. Apesar das possibilidades do ponto de vista estritamente lógico, a natureza antagônica e desigual, presente na raiz bipartida do capitalismo, limita severamente as práticas de política econômica nele adotadas efetivamente; o conflito entre capitalistas e trabalhadores desloca-se para dentro da agenda política do Estado – donde a impossibilidade de sua neutralidade.

15 “As social democracy is not predicated on narrowly individual outcomes but on a wider societal interpretation of welfare, fiduciary duty (to the investor) should also incorporate what can be termed an ‘Employment Generating Targeted Investment’ that offsets the oscillations of private sector investment. This policy would not only assist to de-individualise workers’ investments, it would, more importantly, help de-individualise unemployment” (RAMSAY & LLOYD, 2010, p. 70).

A desigualdade de poder entre as classes seria também visível, portanto, dentro da condução das políticas governamentais que, em última instância, prestam-se ao papel de manutenção do sistema e de sua ordem típica; o pleno emprego seria um grande passo no sentido de subverter esta mesma ordem. Daí o franco pessimismo de Kalecki com respeito à sua deliberação de manutenção.

Apesar de seu ceticismo, o autor polonês admitia a possibilidade de construção de instituições de natureza inovadora, capazes de garantir a preservação dos interesses da classe trabalhadora. Aqui se argumentou em favor da proposta de direcionamento dos recursos dos fundos de pensão, gerados por contribuições dos trabalhadores, em prol dos próprios trabalhadores, coletivamente.

Por suposto, é esperada oposição a este leque de medidas, sobretudo por parte do grande capital financeiro, grande beneficiário da gestão dos imensos volumes de recursos acumulados pelos fundos de pensão. No entanto, a introdução gradual de mecanismos de drenagem de recursos desses fundos em prol do programa aqui retratado já poderia sinalizar a sua própria viabilidade – no mínimo, pelo aspecto de conferir maiores possibilidades de autonomia aos trabalhadores. Um gesto com natureza apenas política; mas, como se viu, também é esta a natureza dos grandes dilemas econômicos.

Bibliografia

- CARDIM DE CARVALHO, F. J. & LÓPEZ GALLARDO, J. "Are Full Employment Policies Obsolete?", *International Journal of Political Economy*, Vol. 36, No. 3, pp. 5-23, 2007.
- KALECKI, M. "The World Financial Crisis." In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1931).
- _____. "Reduction of Wages During Crisis." In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1932a).
- _____. "Mr. Keynes's Predictions." In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1932b).
- _____. "Is a 'Capitalist' Overcoming of the Crisis Possible?" In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1932c).
- _____. "Outline of a Theory of the Business Cycle." In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1933a).
- _____. "On Foreign Trade and 'Domestic Exports'." In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1933b).
- _____. "A Macrodynamic Theory of Business Cycles.", *Econometrica*. Vol. 3, No. 3, pp. 327-344, 1935a.
- _____. "The Essence of Business Upswing." In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1935b).
- _____. "The Business Upswing and the Balance of Payments." In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1935c).
- _____. "Foreign Trade and the National Forces of Production (Review Article).", *The Economic Journal*, Vol. 48, No. 192, pp. 708-711, 1938.
- _____. "Political Aspects of Full Employment.", *Political Quarterly*. Vol. 14, No. 4, pp. 322-331, 1943.
- _____. "Three Ways to Full Employment." In: *The Economics of Full Employment*. Oxford: Basil Blackwell, 1944. Reprinted In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990.
- _____. "Multilateralism and Full Employment." *The Canadian Journal of Economics and Political Science / Revue Canadienne d'Economie et de Science Politique*, Vol. 12, No. 3, pp. 322-327, 1946.
- _____. "Report on the main current economic problems of Israel". Tel Aviv: Government Printing Press, 1951a. Tradução brasileira: "Relatório sobre os Principais Problemas Econômicos Atuais de Israel." In: *Economias em Desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1987.

_____. "A Note on Long-Run Unemployment." *The Review of Economic Studies*, Vol. 18, No. 1, pp. 62-64, 1951b.

_____. *Theory of Economic Dynamics: An Essay on Cyclical and Long-Run Changes in Capitalist Economy*. London: Allen and Unwin, 1954a. Tradução brasileira: Teoria da Dinâmica Econômica. São Paulo: Nova Cultural, 1977.

_____. "El Problema del Financiamiento del Desarrollo Económico." *El Trimestre Económico*, Vol. 21, No. 4, pp. 381-401, 1954b. Tradução brasileira: O Problema do Financiamento do Desenvolvimento Econômico. In: KALECKI, M; MIGLIOLI, J. (org.). Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1977.

_____. "The Difference Between Crucial Economic Problems of Developed and Underdeveloped Non-Socialist Economies." In: *Essays on Planning and Economic Development*. Warsaw: PWN, 1966. Tradução brasileira: "A Diferença entre os Problemas Econômicos Cruciais das Economias Capitalistas Desenvolvidas e Subdesenvolvidas." In: Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. "Social and Economic Aspects of Intermediate Regimes." *Coexistence*, Vol. IV, No. 1, pp. 01-05, 1967a. "Tradução brasileira: Observações sobre Aspectos Sociais e Econômicos dos 'Regimes Intermediários'." In: *Economias em Desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1987.

KALECKI, M. & SACHS, I. "Forms of Foreign Aid: An economic analysis." *Social Science Information*. Vol. 5, No. 1, pp. 21-44, 1966. Tradução brasileira: "Formas de Ajuda Externa: uma Análise Econômica." In: MIGLIOLI, J. (org.). *Kalecki*. São Paulo: Ática, 1980.

KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Macmillan; New York: First Harvest / Harcourt, 1991 (1936).

_____. *The collected writings of John Maynard Keynes*. Vol. XXIX. London: Macmillan, 1979.

KRIESLER, P. & MCFARLANE, B. "Michal Kalecki on Capitalism." *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 17, N. 2, pp. 215-234, 1993.

LÓPEZ GALLARDO, J. & CARDIM DE CARVALHO, F. J. "Resuming growth in Latin America: short and long term policies." *Revista de Economia Política*, Vol. 28, No. 3, pp. 392-413, 2008.

LÓPEZ GALLARDO, J. et alii. "Michal Kalecki, um pioneiro da teoria econômica do desenvolvimento." *Revista de Economia Política*, Vol. 29, No. 2, pp. 191-211, 2009.

RAMSAY, T. & LLOYD, C. "Infrastructure Investment for Full Employment: A Social Democratic Program of Funds Regulation." *Journal of Australian Political Economy*, Edition No. 65, pp. 59-87, 2010.

ROBINSON, J.. "Kalecki and Keynes." In: *Contributions to Modern Economics*. Oxford: Basil Blackwell, 1978. Tradução brasileira: Contribuições à Economia Moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SAWYER, M. *The Economics of Michal Kalecki*. London: Macmillan, 1985.

_____. "The Intellectual and Institutional Requirements for Full Employment." In: DAVIDSON, P. & KREGEL, J. A. (eds.). *Employment, Growth and Finance*. Aldershot: Edward Elgar, 1994.